

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens que se seguem, relativos aos balanços financeiro e orçamentário.

- 41** O resultado financeiro do exercício pode ser obtido pela diferença entre os saldos do exercício seguinte e do exercício anterior ou pelo ajuste do saldo obtido do confronto entre receitas e despesas orçamentárias, acrescido dos recebimentos ocorridos e deduzido dos pagamentos verificados no período.
- 42** As entidades abrangidas pelo balanço orçamentário devem ser evidenciadas em notas explicativas que o acompanhem.
- 43** Os balanços financeiro e orçamentário têm por base os registros de natureza orçamentária.
- 44** No setor público, o balanço financeiro tem por objetivo demonstrar os impactos da política fiscal sobre a economia.
- 45** O montante do excesso ou insuficiência de arrecadação de receitas pelo ente público é evidenciado no balanço orçamentário.

Em relação ao balanço patrimonial no setor público, julgue os itens seguintes.

- 46** No quadro principal do balanço patrimonial, um passivo é classificado como circulante caso a entidade não tenha direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.
- 47** Contas que representem passivos financeiros e que não possuam passivos patrimoniais associados são apresentadas no passivo circulante como valores a pagar.
- 48** O balanço patrimonial é composto por quatro quadros.
- 49** A apresentação de ativos e passivos no quadro principal do balanço patrimonial deve ser realizada segundo os critérios de liquidez e exigibilidade, independentemente do perfil da entidade que reporta as informações.
- 50** Assim como o balanço financeiro, o balanço patrimonial é construído de acordo com o regime de caixa.

Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes.

- 51** Ação preferencial é aquela que concede ao seu proprietário, entre outras vantagens, a prioridade no reembolso do capital.
- 52** Para os fins da citada lei, entendem-se por sociedade anônima as companhias listadas na bolsa de valores brasileira, que integra a B3.
- 53** A referida legislação rege a contabilidade de todas as entidades privadas que atuam no território brasileiro.
- 54** A comercialização de valores mobiliários de emissão de uma companhia exige o registro dessa companhia na Comissão de Valores Mobiliários.
- 55** A conta ajustes de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, justifica-se em função do regime de competência.

No que se refere à contabilidade pública, julgue os próximos itens.

- 56** Para fins de cumprimento do regime contábil de competência, a receita pública deve ser registrada no momento da ocorrência de seu fato gerador, independentemente da arrecadação do tributo.
- 57** Para fins de contabilidade pública, consideram-se entidades do setor público o governo nacional, os estaduais, o distrital e os municipais e seus respectivos Poderes, bem como seus órgãos, suas secretarias, seus departamentos, suas agências, suas autarquias e todas as empresas estatais.
- 58** A contabilidade pública é uma ciência autônoma.
- 59** A contabilidade pública caracteriza-se por fornecer aos interessados no desempenho das entidades do setor informações úteis ao processo de tomada de decisão.
- 60** O objeto da ciência contábil é o estudo do comportamento das contas públicas.

A empresa Delta S.A. está encerrando seu balanço de 31/12/20X1, sendo de \$ 2.000 o cálculo estimado do lucro real (tributável). As informações pertinentes ao imposto de renda (IR) são as seguintes.

- lucro real (tributável): \$ 2.000
- alíquota do IR: 25%
- valor total estimado do IR: \$ 500
- opções para investimentos (supondo-se um total de 18%): \$ 90
- IR líquido efetivo: \$ 410

Com base nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 61** Em 31/12/20X1, a Delta S.A. deverá realizar os seguintes lançamentos contábeis relativamente à parcela do incentivo fiscal inclusa no pagamento.

débito — investimentos por incentivos fiscais — \$ 90
(ativo não circulante)

crédito — a redutora da despesa de IR (demonstração do resultado) — \$ 90

- 62** Em 31/12/20X1, a Delta S.A. deverá realizar os seguintes lançamentos contábeis relativamente ao IR no mês.

débito — imposto de renda — \$ 500

crédito — imposto de renda a pagar (obrigações fiscais) — \$ 500

- 63** Em 31/12/20X1, a Delta S.A. deverá realizar os seguintes lançamentos contábeis relativamente aos pagamentos.

débito — IR a pagar (passivo) — \$ 500

crédito — a disponibilidades — \$ 500

Julgue os itens seguintes, referentes à CSLL, à contribuição ao PIS/PASEP e à COFINS.

- 64** O prazo de recolhimento da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP é até o quinto dia útil do mês subsequente àquele em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.
- 65** Os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado em virtude de licenciamento ou cessão de uso de *software* sem que o contrato estabeleça a prestação do serviço de programação estão sujeitos à retenção na fonte de CSLL, PIS/PASEP e COFINS.
- 66** O valor da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP será determinado mediante a aplicação, sobre o montante a ser pago, do percentual de 4,65%, correspondente à soma das seguintes alíquotas: 1% a título de CSLL; 3% a título da COFINS; e 0,65% a título de PIS/PASEP.
- 67** Compete à fonte pagadora o recolhimento da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.
- 68** Não será exigida retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados a empresas estrangeiras de transporte de valores.
- 69** Não se exige retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados a pessoas jurídicas optantes do Simples Nacional em relação às suas receitas próprias.
- 70** Não se exige retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados a título de transporte nacional de valores efetuado por empresas internacionais.
- 71** Não se exige retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados a estaleiros navais brasileiros nas atividades de conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB).
- 72** Não será exigida retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados às cooperativas em geral, em relação aos atos cooperados.
- 73** Não se exige retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados às entidades da administração pública federal, bem como aos órgãos, às autarquias e às fundações dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 74** Não será exigida retenção de CSLL, COFINS e PIS/PASEP na hipótese de pagamentos efetuados pelos fundos de investimento autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários.

No que concerne ao regime de tributação da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, julgue os itens a seguir.

- 75** Os valores retidos poderão ser deduzidos, pelo contribuinte, das contribuições devidas de mesma espécie, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir do mês da retenção.
- 76** Os valores retidos não serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte que sofreu a retenção, em relação às respectivas contribuições.

Em relação ao imposto de renda retido na fonte (IRRF), julgue os itens que se seguem.

- 77** Não são isentos do IRRF e da declaração de ajuste anual do beneficiário os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio de média empresa ou empresa de pequeno porte optante do Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.
- 78** O imposto incidente sobre os rendimentos do trabalho assalariado, pagos ou creditados por pessoas físicas ou jurídicas, e os demais rendimentos percebidos por pessoas físicas que não estejam sujeitos à tributação exclusiva na fonte, pagos ou creditados por pessoas jurídicas, será retido por ocasião de cada pagamento no mês.
- 79** No caso de pessoa jurídica, o recolhimento e a informação na declaração do IRRF devem ser feitos no nome e no CNPJ do estabelecimento matriz.
- 80** No caso de mais de um pagamento, no mês, pela mesma fonte pagadora, será aplicada a alíquota correspondente à soma dos rendimentos pagos, a qualquer título, compensando-se o imposto retido anteriormente.

Espaço livre

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Resolução CFC n.º 1.374/2011, que trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.

- 81 O aumento de valor de elementos registrados no ativo e a redução de valor de elementos registrados no passivo darão origem a receitas, desde que resultem em aumentos no valor do patrimônio líquido e não tenham relação com a contribuição proporcionada à entidade pelos detentores dos instrumentos patrimoniais.
- 82 A base de mensuração aplicável aos estoques, quando se pretende conhecer o gasto necessário para se fazer a reposição dos referidos ativos, é denominada de valor presente.
- 83 Uma utilidade da informação contábil-financeira é permitir que investidores e credores avaliem se as suas expectativas, em termos de retorno, serão atendidas, devendo tal avaliação ser feita por meio da análise das perspectivas associadas aos fluxos de caixa futuros de entrada para a entidade em que se pretende fazer o investimento.
- 84 A informação contábil-financeira só representará com fidedignidade um fenômeno econômico se a forma legal desse fenômeno econômico for colocada em primazia sobre a sua substância econômica.
- 85 A receita de vendas do ano corrente é um exemplo de informação contábil-financeira relevante que apresenta tanto valor preditivo quanto valor confirmatório.
- 86 A verificabilidade é uma característica qualitativa de melhoria da informação contábil-financeira que assegura ao usuário, por meio de verificação direta ou indireta, que a informação prestada pela contabilidade representa fidedignamente o fenômeno econômico que se pretende representar.
- 87 O enquadramento de um elemento patrimonial na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido é condição suficiente para o seu reconhecimento contábil no balanço patrimonial.
- 88 O direito de propriedade é uma característica essencial de um recurso econômico para o seu enquadramento na definição de ativo.
- 89 As provisões são passivos cuja mensuração requer a utilização de um grau significativo de estimativa.
- 90 A reserva legal, que deve ser constituída por meio do reconhecimento contábil de uma despesa, tem por objetivo proporcionar à entidade e a seus credores maior proteção contra os efeitos de eventuais prejuízos no futuro.

Julgue os itens seguintes, com base no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC).

- 91 As licitações e contratações da Embrapa estão sujeitas à diretriz conforme a qual a sustentabilidade é um preceito a ser observado na elaboração de suas políticas de compra.
- 92 É vedada a utilização de minutas-padrão para os editais de licitação da Embrapa, os quais não podem ser dispensados de análise jurídica previamente à sua publicação.
- 93 No caso de adoção do critério de julgamento por melhor desconto ou por melhor técnica em um procedimento licitatório da Embrapa, deve-se fazer constar do instrumento convocatório a estimativa de preço do objeto da licitação.
- 94 Licitação Embrapa é um procedimento licitatório que permite a combinação de diferentes modos de disputa e de critérios de julgamento, determinados em observância às necessidades da Embrapa.

- 95 Empresa contratada pela Embrapa por processo licitatório está impedida de subcontratar o objeto do contrato, que deve ser executado integralmente pela contratada, nos termos estabelecidos no edital do certame.
- 96 A contratação de terceiros para a realização de serviços considerados essenciais para o cumprimento da missão institucional da Embrapa deve, preferencialmente, ter como bases de remuneração a quantidade de horas de serviço e os postos de trabalhos relacionados à prestação dos serviços contratados.
- 97 A licitação de âmbito internacional deve ser aberta à participação de licitante brasileiro, que poderá cotar preço em moeda estrangeira e deverá, caso contratado, receber o pagamento em moeda corrente nacional.
- 98 Admite-se a pré-qualificação permanente de fornecedores e bens em processos licitatórios da Embrapa, sendo vedada, contudo, a realização de licitação que se limite aos sujeitos pré-qualificados.
- 99 Na contratação direta de prestador de serviço que venha a se mostrar mais adequado à execução de determinado objeto contratual, a Embrapa deve apresentar as fundamentações que permitam caracterizar a situação que autoriza a dispensa ou inexigibilidade de licitação, os motivos que levaram à escolha do contratado e as justificativas do preço a ser pago.
- 100 O Catálogo Eletrônico de Padronização (CEP) poderá ser utilizado pela Embrapa em licitações que tenham por critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto.

Espaço livre